

# TDAH: um estudo filosófico sobre a “existência”

*ADHD: A philosophical study on “existence”*

**Cleverson Leite Bastos**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) – Brasil  
leite.bastos@pucpr.br

**Maurino Loureiro do Nascimento**

Instituto de Medicina Social (IMS – UERJ) – Brasil  
maurino.nascimento@hotmail.com

**Resumo:** O debate que deu origem ao presente artigo ocorreu em uma controvérsia pública a respeito da existência de uma entidade nosológica psiquiátrica intitulada como *Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade* (TDAH) e recentemente incorporada nos manuais classificatórios mais relevantes desta especialidade médica. Entretanto, embora nos sirvamos da controvérsia como um estudo de caso, o que pretendemos neste artigo é uma investigação do conceito de “existência”, sob a perspectiva da filosofia analítica da linguagem. A nosso ver, tal debate escamoteia um intrincado e antigo problema filosófico.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Existência. Filosofia. Lógica. Psiquiatria.

**Abstract:** *The debate in the source of this article came up in a public controversy about the reality of a specific psychiatric nosological entity titled Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) and recently incorporated in the more important classification manuals of mental disorders. Though we refer to this dispute—with the aid of a case study—our real project in this article is to investigate the concept of “existence” under the perspective of the philosophical analysis of language. As we see it, this debate disguises an old and complex philosophical issue.*

**Keywords:** *Epistemology. Existence. Philosophy. Logic. Psychiatry.*

## 1 A armadilha dos enunciados pretensamente existenciais

Não é de hoje que uma discussão cada vez mais comum e que grassa à margem do questionamento propriamente científico, vem suscitando uma acirrada polêmica entre os profissionais de saúde mental: trata-se, em suma, do questionamento acerca da existência de determinadas entidades médicas – ou, mais especificamente, psiquiátricas. Consideraremos, à guisa de exemplo – já advertindo que pretendemos nos referir a uma gama maior de entidades, recentemente incorporadas ao amplo aparato nosológico psiquiátrico, o que é referido nos manuais classificatórios mais relevantes da psiquiatria moderna (como o CID – 10 ou o DSM – IV) como

“TDAH”, ou seja, *Déficit de Atenção com Hiperatividade*. Ora, sem que entremos nos pormenores técnicos do “transtorno” em questão – pois, como veremos adiante, isso será irrelevante ao nosso questionamento – especifiquemos no que consiste tal controvérsia: o que está em jogo é se o TDAH existe ou não. Afinal, não seria isso uma invenção, como sugerem alguns contendores, criada pela indústria farmacêutica, a fim de lucrar com o medicamento específico que supostamente a trataria? Enfim, essa entidade existe, ou não? Eis nossa questão.

Observando o discurso ordinário que esses debatedores racionais empregam quando estão discutindo acerca da existência de certas coisas, a saber, do TDAH ou de qualquer outra entidade médica, é perceptível que eles utilizam, recorrentemente, certas expressões que não são submetidas à consideração. Queremos dizer com isso que, quando alguém diz “o TDAH existe”, ou “o TDAH não existe”, não ocorre nenhuma dúvida quanto a se essas expressões estão ou não sendo propriamente usadas – muito embora elas estejam sendo inteligentemente empregadas. Pelo contrário, parece natural utilizá-las dessa forma, pois elas podem ser mutuamente compreendidas pelos partícipes, sem que seja necessário qualquer tipo de exame ou esclarecimento pormenorizado a respeito do que elas possam realmente significar. Assim, não existem dúvidas de que não há obscuridades pairando sobre o significado dessas expressões para todos aqueles que animadamente discutem sobre tais entidades. Seria estranho se alguém os interrogasse sobre o significado dessas suas expressões, como se simplesmente compreendê-las ordinariamente não fosse o suficiente. De fato, qual ouvinte racional poderia afirmar que não compreende uma expressão como “o TDAH existe” – mesmo que ele não entenda o fato que esse enunciado registra (caso ele registre algum)? Ainda que fosse um filósofo que ousasse afirmar tal coisa, não teria ele que compreender essa afirmação ordinária, até mesmo para que possa examiná-la? Caso contrário, nós não poderíamos, com razão, duvidar que esse filósofo realmente sabe o que pretende analisar?

Mas então por que nós deveríamos tocar nesse assunto – ou seja, no da elucidação do significado das expressões supracitadas? Caso haja algum problema, ele não poderia ser oriundo de uma presumida má apreensão daquele tema por parte das pessoas envolvidas na discussão? Não estariam elas a par da natureza daquilo que estão tratando e deveriam, portanto, informarem-se melhor sobre o assunto – no que concerne à clarificação conceitual da entidade em questão – para que possam afirmar com propriedade se tais entidades existem? Digamos, hipoteticamente, que não; que eles não só utilizam inteligentemente os seus modos ordinários de expressão, na medida em que eles se entendem quando afirmam sem maiores problemas que “o TDAH existe”, ou que “o TDAH não existe”, como também compreendem conceitualmente tal entidade e conhecem as suas propriedades científicas. Suponhamos que esses diversos profissionais de saúde mental compreendam perfeitamente o que os médicos querem dizer quando eles dizem que a essa entidade estão associados alguns sintomas, como hiperatividade motora, impulsividade e desatenção seletiva; que tais sintomas estão relacionados a uma disfunção na região do córtex motor pré-frontal cerebral; que ali estão envolvidos fatores genéticos; que o transtorno decorre de diferentes estados de ativação de circuitos dopaminérgicos, ou noradrenérgicos, etc. O que alguns deles duvidam – geralmente os não-médicos – é que exista realmente o TDAH, ou seja, que haja algo, lá fora, na natureza das coisas, que corresponda a esse ponto de vista.

Em suma, o que eles não creem é que a resposta científica represente exatamente as coisas como elas são – em contraposição aos médicos, que acreditam que o mundo os conduz sim a uma correta descrição de si mesmo.

Destarte, supomos que as expressões supracitadas, que reincidentem nessa controvérsia, são claramente compreendidas por todos aqueles que as utilizam e a discussão avança, de maneira inteligível, sem que haja dúvidas ou confusões a respeito do significado delas. No entanto, como diz Wittgenstein, “os problemas filosóficos tem origem quando a linguagem *folga*.”<sup>1</sup> Por várias razões – a ser consideradas, no momento oportuno – a compreensão natural da noção de *existência* não parece ser tão transparente assim, como imaginamos espontaneamente, e talvez seja possível demonstrar que as expressões nas quais ela aparece seriam inapropriadas ao estado de coisas supostamente registrado por elas; por sugerir que esse estado de coisas é algo diferente do que ele de fato é. Suscitado pelo filósofo Gilbert Ryle, esse questionamento se estende a toda uma classe de expressões de um determinado tipo, que embora ocorram satisfatoriamente no nosso discurso ordinário, são inadequadas aos fatos por elas registrados, no que concerne a sua forma lógica. O autor a elas se refere como “expressões sistematicamente enganadoras.”<sup>2</sup> Seguindo então nessa direção, nossa proposta é que enunciados como “TDAH existe”, ou “TDAH não existe” são enganosos por aparentarem algo diferente daquilo que de fato eles significam. Em que sentido nós poderíamos afirmar que expressões desse tipo são sistematicamente enganadoras? Esse é o problema que nós pretendemos investigar inicialmente.

Nosso objetivo específico, afinado à conclusão de Ryle, não consiste apenas num exercício filosófico de reenuniação, com a finalidade de evidenciar a dissimulação e – por meio dessa análise da inadequação da forma lógica ao estado de coisas que ela pretende registrar –, mas investigar em que sentido<sup>3</sup> poder-se-ia falar da existência de entidades como, por exemplo, o TDAH. A nosso ver, a ocultação da “forma real” do fato, registrado enganosamente pelo que o filósofo chama de “enunciados quase-ontológicos”, cria um embaraço ao possível aperfeiçoamento da discussão acerca não só da existência da entidade considerada, como também do próprio conceito filosófico de *existência*. O autor nos adverte que essa forma de expressão encerra uma armadilha, pela qual se supõe, erroneamente, que a sintaxe do tipo de enunciado ao qual nos referimos (a saber, “TDAH não existe”, por exemplo) nos indica a forma lógica do fato por ele registrado – o que não ocorre. Haveria, portanto, uma indicação enganosa quanto à forma do fato devido à maneira em que ele é concretamente registrado. É como se o enunciado “TDAH não é uma entidade” registrasse o mesmo tipo de fato que “Leonardo da Vinci não é um astronauta.” O engodo consiste na sugestão de que o estado de coisas registrado no primeiro caso é de um tipo diferente daquele que de fato é. De forma ilusória, ele nos leva a pensar que o próprio *Ser* é o sujeito e o predicado de

---

1 WITTGENSTEIN, 1994, p. 36.

2 RYLE, 1985, p. 5.

3 O uso do termo “sentido” aqui é coloquial. Ficará claro no texto quando essa palavra for utilizada como o conceito “*Sinn*”, introduzido por Frege em sua análise da linguagem. Frege, G. “Sobre o Sentido e a Referência (1892).” In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

nossas proposições – em termos kantianos, elas ignoram os limites estabelecidos pela natureza das nossas faculdades. Isso não traria problemas, conforme já dito, no discurso ordinário, pois nele basta que os falantes se entendam para que ele seja levado a cabo satisfatoriamente. Entretanto, isso é problemático se há uma polêmica epistemológica em jogo. Ora, considerando-se que esse tipo de questão, relacionada a certas entidades tais como o TDAH, tenha em vista a terapêutica, supomos que a forma diferenciada de enunciar tal fato exiba o que até então não pôde ser exibido, ou seja, *novas vias de questionamento*. Em outras palavras, caso não possamos expandir o nosso repertório linguístico para além do uso coloquial dessas expressões “quase-ontológicas”, nós não poderemos compreender em que sentido elas *podem* ser utilizadas. Digamos assim, que o uso ingênuo de expressões desse tipo não é *proveitoso* nessa discussão técnica específica, na medida em que pode nos sugerir, em última instância, “verdades” além dos limites da linguagem. Portanto, nossa finalidade não é só detectar o *nonsense* desse tipo de expressão, mas sim examiná-lo mais de perto, com a finalidade de abrir caminho, através da linguagem, em direção à correlação da expressão em jogo com uma prática social. Começamos então pela questão de Ryle: por que os enunciados quase-ontológicos são sistematicamente enganadores?

Essa discussão tem início com Kant, na *Crítica da Razão Pura*. Rejeitando toda a teologia natural – em sua pretensão de conhecer Deus objetivamente e em demonstrar a sua existência – Kant começa por destruir o denominado *argumento ontológico* (que infere do conceito de Deus a sua existência, abstraindo toda a experiência e a despeito de quaisquer raciocínios empíricos). Essa prova ontológica remonta ao *Proslógio* (1078), de Anselmo de Cantuária. Nessa obra o autor considera Deus como o ser absolutamente supremo, acima do qual “não se pode pensar nada maior”.<sup>4</sup> Segundo Anselmo, seria contraditório conceber um ser absolutamente supremo sem existência real, pois tal ser não permite, por definição, nada superior. Assim, esse ser não pode existir somente na inteligência, pois senão, “este mesmo ser, do qual não se pode pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que, certamente, é absurdo”<sup>5</sup> (isto é, poder-se-ia pensar que há outro ser, existente também na realidade). Portanto, nesse conceito de Deus já estaria implicada a existência. Retomado então por Descartes, Espinosa, Leibniz, Christian Wolff e Baumgarten esse argumento chega a Kant, que alegando que ele assenta em uma falta de clareza conceitual, pretende refutá-lo.

No texto denominado *Da impossibilidade de uma prova ontológica da existência de Deus*,<sup>6</sup> na *Dialética Transcendental*, Kant refuta essa tese inicialmente afirmando que se alguém diz “Deus não é”, essa pessoa diz algo contraditório, pois não se poderia suprimir o predicado da existência sem incorrer em contradição. Ou seja, como seria possível haver afirmações que aparentemente são acerca de certo objeto particular e nas quais se diz com verdade desse objeto que é inexistente? Poder-se-ia dizer o mesmo da frase “Deus existe”, pois, equivocante, ela poderia nos dar a impressão de que predicamos de um possível Deus, a existência – incorrendo

4 ANSELMO, 1979, p. 102.

5 Ibidem.

6 KANT, 1994, p. 500-507.

em petição de princípio. Resumindo, Kant afirma em seu texto que o “ser”, no sentido de “existência”, “não é, evidentemente, um predicado real”<sup>7</sup> – mas sim um predicado lógico, ou gramatical. Segundo ele, a existência não é uma característica real de um objeto. Com isso ele quer dizer que a adição da existência ao nosso conceito de um determinado objeto, isto é, àquilo que dele já sabemos, nada acrescenta de informativo, ou novo, a ele, pois só diz que alguma coisa satisfaz o conceito da coisa já entendido e, portanto, não contribui em nada para o seu conteúdo real. Destarte, como a existência nada expressa sobre a natureza de uma coisa particular, não é possível responder, mediante o pensamento puro (*a priori*), se há algo na realidade que corresponde ao conceito de Deus, a guisa de exemplo. Dessa maneira, nós só poderíamos compreender semanticamente o enunciado “Deus existe” se pudéssemos verificar a sua correção – ou verdade – na realidade, por intermédio da experiência sensória; investigando os seres do mundo real com o intento de ver se pelo menos um deles é Deus. Com esse argumento, Kant desmascara a ideia de que a existência é uma qualidade, e o faz por meio da lógica conceitual<sup>8</sup> – antecipando assim a interessante ideia de que a lógica pode suscitar problemas filosóficos.<sup>9</sup>

Ora, quem suscitou um questionamento semelhante ao de Kant, mas a partir de outra vertente milenar de reflexão filosófica – a que chamamos lógica – foi Friedrich Ludwig Gottlob Frege. Em um texto parcialmente escrito ao estilo de um diálogo platônico, de 1884, cujo interlocutor é o teólogo protestante Bernhard Pünjer,<sup>10</sup> Frege propõe-se a discutir alguns dos diferentes aspectos da *existência*. Aqui, opondo-se a Frege, Pünjer entende o vocábulo “ser” como um predicado real. Para este, “é” significa “algo de experienciável”, enquanto que para o primeiro tais palavras – “é” e “existe” – são vazias e sem conteúdo, pois dizer de algo que ele é experienciável “nada acrescenta a seu respeito”.<sup>11</sup> A estratégia argumentativa do filósofo é conduzir Pünjer à constatação de que a sua concepção sobre a *existência* desemboca em uma contradição. E ele logra ao que aspirava. No decorrer do diálogo fica bem claro que Pünjer teria adicionado à palavra “existe” um conteúdo que ficara inexplicado e este fora o *proton pseudos* que o conduziu a fazer juízos contraditórios. Embora “existe” só contenha a forma de um predicado – explica Frege – “ela deve ser tomada como uma mera palavra formal” [...], “que só exerce uma função lógica no contexto de uma sentença”.<sup>12</sup> Ironizando Pünjer, ele diz que “quando os filósofos falam do ‘Ser absoluto’, temos na verdade um *endeusamento da cópula*”.<sup>13</sup> Eis aqui o seu argumento fatal:

7 KANT, 1994, p. 504.

8 Muito embora, é preciso ressaltar, as investigações de Kant repousem sobre uma asserção existencial, a saber, a sentença que afirma a existência de conhecimentos sintéticos *a priori*. (Op. cit., *Crítica da razão pura*. p. 161-170, 487).

9 HAACK, 2002, p. 25.

10 FREGE, 2009, p. 171-188.

11 FREGE, 2009, p. 172.

12 FREGE, 2009, p. 182-183.

13 FREGE, 2009, p. 185, grifos nossos.

Caso se queira dar à palavra ‘ser’ (*‘Sein’*) um conteúdo tal que por ela a sentença ‘*A é*’ não seja nem supérflua e nem evidente, há que se admitir que, sob certas circunstâncias, a negação da sentença ‘*A é*’ seja possível, vale dizer, que há sujeitos aos quais cumpre recusar o ser (*Sein*). Mas assim sendo, o conceito de ‘ser’ não mais se torna adequado para explicar de modo geral o uso do ‘há’ de maneira tal que ‘Há *B*s’ significa o mesmo que “Algum ente cai sob o conceito *B*”. Mas, se aplicarmos essa explicação à sentença ‘Há sujeitos, aos quais o ser deve ser recusado’, obtemos então ‘Algum ente cai sob o conceito não-ente’ ou ainda ‘Algum ente não é.’<sup>14</sup>

O que Frege conclui é que muito facilmente se é induzido pela linguagem a falsas interpretações e a importância da filosofia consiste em nos alertar para essas armadilhas. É o que também nos diz Ryle, a respeito das “expressões sistematicamente enganadoras.”

Mas este último não deixa, entretanto, de nos advertir que embora outros filósofos tivessem sido – por Kant (e Frege) – prevenidos do caráter enganoso de “Deus existe”, “poucos observaram que o mesmo defeito contamina um vasto número de outras expressões,”<sup>15</sup> como, por exemplo, “Deus é um ente”, “Deus é uma entidade”, “Deus é objetivo”, “Deus é uma substância”, “Deus tem ser”, ou “existência”, etc. Não é preciso ressaltar que pretendemos estender essas ideias à “entidade” TDAH, pois como o autor diz, “todos os enunciados quase-ontológicos são sistematicamente enganadores”.<sup>16</sup> Além disso, Ryle resalta outro aspecto interessante desse problema suscitado por Kant: ora, se no enunciado “Deus existe”, “existe” não é um predicado real, então “Deus” não pode ser o sujeito de predicação; o que se pode observar claramente em proposições existenciais negativas, como “TDAH não existe”, por exemplo. Se TDAH não existe, o enunciado “TDAH não existe” não pode ser sobre o TDAH. O que aparentemente é um sujeito gramatical (“TDAH”) é, na realidade, um *designador*.<sup>17</sup> Portanto, o fragmento “TDAH”, neste enunciado “TDAH existe”, não nomeia um sujeito, que possui uma característica (de existir) – muito embora ele se comporte, do ponto de vista gramatical, como uma descrição individualizante. Ele é uma *expressão predicativa*, que significa não uma coisa, mas sim “atributos”, uma “situação”, ou “características simultâneas”, “relacionais”,<sup>18</sup> *de algo que não é nomeado* no enunciado em questão. O problema para Ryle (como em Russell) não é a referência, pois o falante ordinário não precisa saber o que o enunciado “TDAH existe” registra para compreendê-lo, pois basta que ele saiba o que seria o caso se o enunciado fosse o registro de um estado de coisas. Por isso, segundo ele, todos nós compreendemos tal enunciado. Afinal, quem poderia apontar o seu dedo para alguma coisa e dizer: “Veja, o TDAH!”? Um falante não-filósofo, enredado em uma discussão acerca da existência do TDAH, e que tenha *familiaridade*, pela

14 FREGE, 2009, p. 186-187.

15 RYLE, 1985, p. 7.

16 RYLE, 1985, p. 8.

17 KRIPKE, 2012, p. 70.

18 RYLE, 1985, p. 7, 12, 14 e 16.

sua experiência concreta, com aquilo que é denotado pela expressão abreviadora “TDAH”,<sup>19</sup> muito provavelmente ficaria espantado com tal afirmação – ainda que ele, implicitamente, postule uma substância representada pelo *suposto* sujeito gramatical “TDAH”. Entretanto, esses falantes não estariam, de acordo com o autor, cometendo nenhum erro filosófico – na medida em que também não estariam filosofando. Sua ilusão redundante na singela crença de que “TDAH” significa uma coisa determinável individualmente – ao invés de um corpo coeso de enunciados frente ao “tribunal da experiência”.<sup>20</sup> Mas, o que “TDAH” significa? Ryle nos sugere, baseando-se em Russell, que nós não precisamos presumir que haja uma *entidade* supostamente nomeada pelo termo “TDAH” para que possamos falar com significatividade da existência do TDAH. Tanto Frege quanto Russell defendem a ideia de que a relação nome-objeto é, ao invés, mediada por *descrições*.

## 2 A familiaridade com um sistema de referência linguístico

“To be, or not to be: that is the question”,<sup>21</sup> como dizia Hamlet, reevocando um dos mais antigos enigmas da filosofia: o problema do *não-ser*, que, segundo Platão, – responsável por um “parricídio” ontológico (por transgredir o supremo mandamento de Parmênides [segundo o qual *o não-ser não é*] – deveria, em certo sentido, ser, caso contrário, não se poderia dizer dele o que se tem de ser capaz de dizer dele: que não é.<sup>22</sup> Em suma: como é possível haver afirmações acerca de certo objeto particular nas quais se diz com verdade desse objeto que é inexistente? Ora, para que possamos dizer com verdade de tal e tal que não existe, tem de haver esse tal e tal (algo do qual estejamos falando). Eis a doutrina metafísica d’*a barba de Platão* (impossível, segundo Quine, de se a desemaranhar).<sup>23</sup> Quine a considera inflacionista e, buscando erradicar presumíveis objetos não existentes, a ataca, adotando a *teoria das descrições definidas*,<sup>24</sup> de Bertrand Russell (que nos propõe raspar a barba com a “navalha de Ockham”<sup>25</sup>). Mas, afinal, em que essa discussão nos ajuda?

Vimos anteriormente, que por se comportar, do ponto de vista gramatical, como uma descrição individualizante, o termo singular “TDAH” nos dá a ilusão de que há uma entidade que ele supostamente nomeia, e que a significatividade de um enunciado que contenha esse termo pressuponha tal entidade. O problema

---

19 Estamos nos referindo aqui ao *conhecimento por familiaridade* (que, como se verá posteriormente, eu acredito ser útil nessa discussão), de Bertrand Russell (RUSSELL, 1978, p. 15-52).

20 Como veremos mais adiante, trata-se de uma ideia de Quine, em seu texto “Dois dogmas do empirismo”, segundo a qual “O todo da ciência é a unidade de significância empírica”. Já no texto “Falando de objetos” delinea-se, em consonância com essa ideia, a sua tese da indeterminabilidade do referente. In: RYLE, 1985, p. 245.

21 SHAKESPEARE, 1992, p. 63.

22 PLATÃO, 258A11 - 259B7.

23 QUINE, 2011, p. 12.

24 RUSSELL, 1978, p. 3-14; WHITEHEAD, 1910, p. 1-88.

25 RUSSELL, 1978, p. 126.

então é que a confusão do suposto *objeto nomeado* TDAH com o *significado* da palavra “TDAH” nos leva à conclusão de que TDAH deve *ser*, para que a palavra tenha significado. Em suma, o que está em jogo aqui é a diferença, estabelecida por Frege, entre *sentido* e *referência*,<sup>26</sup> isto é, entre *intensão* e *extensão*; mas, opondo-se a ele, Russell não acredita que os nomes tenham tanto sentido como referência – que eles necessariamente denotem indivíduos existentes. Ora, o que estamos questionando aqui não é a existência do TDAH, mas sim o *estatuto* dessa existência (*comprometimento ontológico*, como veremos mais adiante), pois o significado de “TDAH” não se reduz ao fato de esse termo se referir a um objeto (peça que um reducionista biológico lhe dê uma garantia de que “TDAH” se refira a um indivíduo e você verá o constrangimento dele). Explicando-nos como é possível que nós falemos significativamente sobre os não existentes, Russell nos adverte que a denotação – ou seja, a introdução de um referente no discurso – não é a única função dos nomes. Mas, qual seria essa outra função a qual ele alude?

Como vimos em Ryle – que se apoia na teoria de Russell –, “enunciados quase-ontológicos”, como “TDAH não existe”, são sistematicamente enganadores, porque escondem a sua verdadeira forma lógica sob uma forma gramatical (sujeito-predicado). É como se elas se referissem a indivíduos, quando, na realidade não são, em absoluto, frases referenciais. Suponhamos que eu afirme, acerca do sujeito “TDAH”, que ele “não existe”, e que tal asserção seja verdadeira; ora, não posso, neste caso, estar realmente falando sobre o TDAH, pois não existe tal coisa. Segue-se que a expressão “TDAH não existe” não pode – a despeito de sua aparência gramatical – estar sendo realmente utilizada para denotar a coisa da qual se afirma o predicado. Há uma armadilha nessa forma de expressão, e melhor seria se a parafraseássemos,<sup>27</sup> de acordo com as indicações de Russell, pois é desorientador tratar o termo “TDAH” como uma constante individual. Portanto, “não é o caso que alguma coisa seja TDAH” significa praticamente o mesmo que a enganadora “TDAH não existe”, mas sem conter nenhuma referência.<sup>28</sup> Igualmente, “alguma coisa é TDAH” não precisa necessariamente identificar um objeto determinado. Poderíamos então dizer que “TDAH” não é um nome genuíno, mas sim, não denotativo, embora não destituído de significado, ou seja, é uma descrição definida disfarçada. Ele apresenta, na verdade, uma *abreviação* para as descrições. Isso quer dizer que sentenças a respeito do TDAH são existenciais disfarçados (na medida em que a existência não é um predicado, mas um quantificador [ou operador existencial]), elas são significativas e, portanto – segundo o princípio da bivalência –, são ou verdadeiras ou falsas: destarte, a sentença “o TDAH está relacionado a uma disfunção na região do córtex motor pré-frontal cerebral” é verdadeira, enquanto “TDAH é um modelo de automóvel” é falsa (de acordo com as obras de psiquiatria, nas quais o TDAH figura). É importante ressaltar

26 FREGE, 2009, p. 129-158.

27 É importante ressaltar que o mais importante em nossa análise não é a paráfrase (como um exercício de reenunciação, de forma a tornar os enunciados, em que tais expressões ocorrem, apropriados aos fatos, isto é, ao estado de coisas que eles registram), mas sim o entendimento de que o significado, ou conteúdo semântico das descrições definidas não pode ser o objeto referido por elas.

28 Mas isso não quer dizer que não haja referente. Talvez, como diz Quine, ele seja *indeterminado*.



aqui que o papel semântico das descrições definidas é explicar a sua contribuição para o significado das frases que as encerram, ou seja, elas não têm um real significado e nada significam isoladamente, mas apenas em um *contexto*, e por isso Russell as denominou “símbolos incompletos”:<sup>29</sup> por exemplo, “transtorno do córtex pré-frontal que cursa com desatenção, hiperatividade e impulsividade”. Definições contextuais, elas permitem que as descrições definidas sejam contextualmente elimináveis, ou melhor, que as sentenças que as contêm sejam substituídas por equivalentes que não as contenham. Quando o médico diz “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes” (enquanto aponta para um prontuário, com informações anamnésicas que associam o sintoma à hiperatividade e impulsividade, e uma imagem de ressonância nuclear magnética funcional revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior) o contexto deixa claro *do que se está falando*.

Consideremos então a entidade clínica “TDAH” (*abstracta*, para alguns). Certo psiquiatra poderia dizer, corretamente, que “o TDAH é um transtorno mental do córtex pré-frontal, que cursa com desatenção, hiperatividade e impulsividade”.<sup>30</sup> Ainda poderia afirmar, também com propriedade, que “o TDAH é tratável com estimulantes”; ou então, que “o metilfenidato bloqueia os transportadores pré-sinápticos de noradrenalina e de dopamina no córtex pré-frontal”. Todas essas descrições corretas a respeito do TDAH permitem que os médicos que tratam desses transtornos se comuniquem entre si, mesmo que elas variem (pois, o que lhes interessa são as proposições verdadeiras descritas, que todos compreendem). Como quando, por exemplo, algum deles afirma: “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes” (enquanto aponta para um prontuário, contendo informações anamnésicas que associam o sintoma à hiperatividade e impulsividade, e uma imagem de ressonância nuclear magnética funcional revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior). Sim, todas as sentenças acima descrevem proposições verdadeiras (inter-relacionadas) no âmbito da psiquiatria e os termos que as compõem são adquiridos pela *experiência*. Portanto, a análise correta do significado de “TDAH” envolve as experiências pelas quais o significado desse termo foi adquirido: avaliações supervisionadas de pacientes, aulas, discussões clínicas entre especialistas, produção de artigos científicos, etc. O conhecimento acerca do TDAH (e, portanto, de sua existência), apoia-se em descrições, e não se podem fazer bons juízos que envolvam um para além do que as descrições fornecem.<sup>31</sup> É possível que, em algum momento de sua formação, um jovem psiquiatra não compreenda a sentença “um inibidor seletivo de recaptção de noradrenalina intensifica a sinalização tônica de noradrenalina e de dopamina no córtex pré-frontal sem ocasionar potencial de abuso”;<sup>32</sup> entretanto, no *continuum* de reconstrução experiencial, ela será aos poucos incorporada ao palimpsesto de descrições (cujas composição é abreviada pelo termo “TDAH”). E é assim que essa descrição, isto é, abreviatura (“TDAH”), *varia*. Nesse sentido que Russell diz que

---

29 WHITEHEAD, 1910, p. 69-88.

30 STAHL, 2010, p. 582.

31 Wittgenstein nos diz que sim, por meio de seu conceito de “evidência imponderável”, que “pertencem às sutilezas do olhar, dos gestos, do tom” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 294).

32 STAHL, 2010, p. 599-600.

“a descrição exigida para exprimir o pensamento irá variar para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em momentos diferentes.”<sup>33</sup> Graças à sorte de a palavra “TDAH” não significar exatamente a mesma coisa para os diferentes profissionais que a utilizam (pois nenhum deles pode experienciar a experiência do outro) é que ocorre comunicação. Devido à ambiguidade, *ruído*,<sup>34</sup> que ela se desenrola – Russell chama de *familiaridade*<sup>35</sup> esse conhecimento por experiência, que diferencia os falantes e ao mesmo tempo lhes permite que se comuniquem.

A citação de Russell, utilizada logo acima, talvez ilumine também o que ocorre em um debate mais amplo (ou seja, não restrito ao *métier* psiquiátrico), a propósito da existência do TDAH. Talvez fosse importante considerar que diferentes pessoas estão familiarizadas com diferentes objetos e que, portanto, atribuem significados diferentes à palavra “TDAH”. Quando um psiquiatra a *usa*, ele não quer dizer, com ela, a mesma coisa que um psicólogo (a despeito de o primeiro poder ser considerado reducionista biológico e o segundo, construtivista social, ou mentalista, por exemplo), ou alguém que não tenha qualquer uma dessas formações. Russell nos propõe uma distinção que pode nos ajudar a pensar essa *diferença de uso* da palavra “TDAH” entre psiquiatras e leigos: “conhecimento por descrição” e “conhecimento por contato”. Como o próprio nome o sugere, o conhecimento por contato envolve, além da descrição, o *contato* com o objeto (melhor dizendo, a proposição) que sabemos ser o tal e tal. Há vários tipos de contato com o TDAH: através de pesquisas científicas, leitura de artigos científicos, revistas de divulgação científica, revistas de generalidades, por avaliações clínicas, por testemunho lido ou ouvido, pela convivência com alguém que tenha esse transtorno, etc. Para que as palavras que nós usamos tenham significado (e não sejam mero ruído), este tem provir de algo com o qual nós tenhamos experiência - ainda que esse algo seja uma descrição. Mas qual seria a diferença entre o conhecimento médico e o conhecimento leigo (no caso) do TDAH?

Russell afirma que essa diferença concerne ao afastamento do contato que cada um tem com os constituintes da proposição verdadeira que diz respeito ao TDAH. Com isso, entendemos que, apesar da variabilidade das descrições acerca dessas proposições verdadeiras sobre o TDAH, é necessário que se saiba que estas são verdadeiras (mesmo que não se esteja em contato com as próprias proposições, e não se as conheça, apesar de se saber que elas são verdadeiras) para que possa haver comunicação – pois, sabemos que o que está em questão no problema das descrições é a relação que a proposição tem com o fato (o que é muito diferente da relação de um nome a um particular). Como nós estamos falando de  *fatos* – ou *estado de coisas* –, é necessário que tenhamos contato com os constituintes da proposição em questão, para que ela possa ser compreendida, ou, ao menos, que saibamos, por descrição, que ela é verdadeira, para haver comunicação. Digamos que um psiquiatra inexperiente tenha lido, em uma fonte confiável, a seguinte descrição: “um inibidor seletivo de recaptção de noradrenalina intensifica a sinalização tônica de noradrenalina e de dopamina no córtex pré-frontal sem ocasionar potencial

33 Op. cit., Os problemas da filosofia. p. 114.

34 Esse termo é utilizado por Henri Atlan, em um sentido semelhante, para, baseado na cibernética, falar da adaptabilidade dos sistemas auto-organizadores (ATLAN, 1992).

35 RUSSELL, 1978, p. 43.

de abuso”.<sup>36</sup> Ele pode aceitá-la como verdadeira, dada a confiabilidade da fonte, ainda que não conheça, por contato (mais leitura, supervisões clínicas, etc.), a inter-relação dos constituintes da proposição que ela descreve – mas ele pode, ainda assim, passar a receitar inibidores seletivos de recaptção de noradrenalina para pacientes que tendam a abusar de anfetaminas, pois conhece o suficiente dessas inter-relações. Caso se trate de um leigo, que tenha um filho diagnosticado com TDAH, a especificidade de seu contato (a convivência com o seu filho, leituras de artigos, etc.) não o permite que ele ligue uma quantidade suficiente de proposições verdadeiras, de forma a compreender o porquê de seu filho estar recebendo um IRN ao invés de anfetamina. Aquele psiquiatra inexperiente só poderá explicar ao leigo a sua escolha terapêutica – através de metáforas – caso ele mesmo entenda a relação entre os constituintes da proposição acima (embora a não compreensão não impeça tal escolha). Nesse caso, o médico poderá substituir as suas descrições (isto é, jargões) por outras mais palatáveis, conforme o contexto, de acordo com a “competência médica”<sup>37</sup> de seu interlocutor. Ora, algo semelhante pode ser considerado a respeito da discussão acerca da existência do TDAH: as diferenças de familiaridade com o objeto, junto à intenção dos interlocutores em afirmar “algo não na forma que envolve a descrição, mas sobre a própria coisa descrita”<sup>38</sup>, leva ao falso problema da hipótese de tal objeto. Deve-se pensar no *uso* das descrições para que se saiba o que uma dada teoria *diz que há*.

Wittgenstein, consagrado pelo desenvolvimento da ideia de que a significação de uma palavra é o seu uso – seu emprego na linguagem –, segue Frege e Russell ao afirmar que diferentes falantes conectam diferentes descrições a um nome próprio em diferentes ocasiões. Um nome (como “TDAH”) pode ser definido por um feixe de descrições – em semelhança à ideia de *abreviação*, de Russell. Assim, um nome não tem um significado fixo e isso explica o porquê da “oscilação das definições científicas”, pois, “o que hoje vale como fenômeno concomitante empírico do fenômeno A, será utilizado amanhã na definição de ‘A’”.<sup>39</sup> Mas explica também porque “a descrição exigida para exprimir o pensamento irá variar para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em momentos diferentes”<sup>40</sup> (o conhecimento por *familiaridade*). Por isso, a nosso ver, essa ideia pode também ser atribuída a Russell, embora ele não esteja preocupado em definir um *campo semântico*, em delimitar certo âmbito de objetos – portanto, esquemas conceituais – de forma que possamos compreender como uma controvérsia ontológica não se dissocia de uma controvérsia sobre linguagem (e assim, entender melhor aquela divergência quanto à existência do TDAH). Seria preciso então deixar crescer um pouco a “barba”?

Quarenta e cinco anos após a publicação de “Da denotação”, em uma tentativa fracassada de refutar Russell, Strawson aventa a ideia de que uma expressão só está por um objeto determinado se ela é *usada* em uma situação específica, ou seja,

---

36 STAHL, 2010, p. 598-600.

37 Luc Boltanski utiliza esse conceito para descrever a capacidade do leigo em *traduzir* o discurso médico (BOLTANSKI, 1984, p. 131-144).

38 RUSSELL, 1980, p. 116.

39 WITTGENSTEIN, 1994, p. 59.

40 RUSSELL, 1980, p. 114.

uma frase só pode ser verdadeira ou falsa em função da utilização que fizermos dela.<sup>41</sup> Logo, se alguém está falando sobre alguma coisa, é necessário que ele utilize expressões, por meio das quais se refira a esse algo, de forma a tornar seu ouvinte capaz de identificar sobre o que se está falando; e o requisito a ser preenchido “para que uma expressão, na sua utilização referencial, seja corretamente aplicada a uma coisa determinada”<sup>42</sup> é o contextual (da fala). Segundo Strawson, ao utilizar uma frase predicativa singular, nós nos referimos, através do termo singular (como, por exemplo, “TDAH”), ao objeto que visamos, destacando-o dos demais. São usos de expressões que referem. O termo singular teria então a função de separar, *em meio a todos os objetos de um âmbito*, um em particular; e o falante dá a entender, no contexto de fala, ser este o objeto visado – e, lembremo-nos de Russell, tal termo singular é uma “descrição definida”. Reabilitando o “referente”, tão caro a Frege, Strawson diz que uma sentença refere quando ela é usada corretamente – fazendo um enunciado verdadeiro ou falso.

Tomemos, a guisa de exemplo, o enunciado “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes”. A descrição definida “nesse quadro” (e não meramente nesse) pode delimitar um objeto visado face aos outros. Se o médico diz isso enquanto aponta para um prontuário – contendo dados anamnésicas que associam o sintoma à hiperatividade e impulsividade, e uma imagem de ressonância nuclear magnética funcional revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior –, seus colegas saberão qual, dentre todos os objetos (o papel do prontuário, sua cor, o local, etc.), é *aquele* que a descrição descreve. Quando utilizada corretamente, como nesse caso, a frase identifica um particular em meio à totalidade, e essa adequação tem por requisito o contexto. Aqui, poder-se-ia dizer, conforme Strawson, que o critério de uso referencial foi bem sucedido e que a expressão “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes” constituiu um enunciado verdadeiro – o que não ocorreria se a expressão acima se referisse a um caso clínico compatível com transtorno de humor bipolar (nesse caso, ela faria um enunciado falso). Observe-se que não é enquanto nome (no sentido da teoria tradicional)<sup>43</sup> que se coordena a palavra “nesse” ao objeto. Suponhamos que nosso psiquiatra estivesse, com o seu dedo, percorrendo um escaninho contendo prontuários e, em meio à trajetória, se detivesse em um ponto e dissesse, apontando-o para uma turma de residentes: “nesse a desatenção é tratada com estimulantes”. A palavra “nesse” teria então um determinado *modo de uso*<sup>44</sup> e todos os ouvintes saberiam, indubitavelmente, a que objeto específico o falante tem em mente ao proferi-la. Respondendo então à questão proposta mais acima – qual seria a outra função dos nomes, que não a de introduzir um referente no discurso? – : abreviar descrições definidas e discernir, em meio a todos os objetos, um em particular.

Mas, o que abarca esse “todos”? Todos os objetos em geral? Será que a pergunta acerca da existência do TDAH não deveria ser compreendida em relação a certo

41 STRAWSON, 1985, p. 269.

42 STRAWSON, 1985, p. 274.

43 “Chamamos nome a coisas *muito diferentes*; a palavra ‘nome’ caracteriza muitas espécies diferentes de uso de uma palavra aparentadas umas com as outras de muitas maneiras diferentes” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 36).

44 WITTGENSTEIN, 1994, p. 35.

âmbito determinado de objetos – ou poderíamos estendê-la à vontade (incluindo os *abstracta*)? É de se supor, conforme Russell, que o enunciado “TDAH existe” deva ser parafraseado, de modo que com ele se queira dizer “entre todos os objetos há alguns que são TDAH”. Mas, seria sensato falar em investigar os objetos em geral, a fim de descobrir se alguns deles são TDAH? Ora, tal entidade não começa a existir *para nós* em um determinado momento temporal – ou seria possível que, no ano de 1930, alguém já tenha dito “entre todos os objetos há alguns que são TDAH”? Como podemos constatar a verdade desse enunciado? Não deveríamos recorrer à *observação do mundo real*, como nos sugerira Kant – ou, de maneira mais frutífera, os membros do *Círculo de Viena*?<sup>45</sup> Segundo seus partidários, a “concepção científica do mundo” é ao mesmo tempo *empirista* (na medida em que o significado de uma proposição consiste na verificação de se aquilo que nela se afirma diz ou não respeito aos fatos) e *positivista* (porque ela utiliza o método da análise lógica).<sup>46</sup> Rudolf Carnap, um de seus principais representantes, abre caminho para que se conceba a *existência* no interior de um plano semântico.

Assumindo uma espécie de nominalismo metalinguístico, cuja tarefa consiste em justificar a autenticidade de um conhecimento, Carnap acredita que só existem entidades particulares na semântica e a introdução, na linguagem, de sentenças e termos teóricos que designam *abstracta* (como o TDAH), concerne apenas a “questões internas”<sup>47</sup> a um determinado *framework*, isto é, elas não se referem a objetos extralinguísticos e nem se comprometem com quaisquer doutrinas metafísicas acerca da realidade de tais entidades. Tolerante com tais formas linguísticas, o autor não se importa com que a “barba” cresça, desde que ela não emaranhe, ou melhor, o novo modo de discurso deve possibilitar um terreno comum para a argumentação, a saber, o interior de um “sistema de referência linguístico”.<sup>48</sup> Logo, reconhecer alguma coisa nova enquanto tal significa, para ele, ter sucesso ao incorporá-la no sistema em questão, é aceitar certa forma de linguagem, com todo o seu conjunto de regras e maneiras de falar. Assim, “ser real no sentido científico significa ser um elemento no sistema”;<sup>49</sup> e cabe a nós a escolha de aceitar, ou não, usar as formas de tal ou qual sistema de referência. O critério de decisão é pragmático, ou seja, relaciona-se com o aprimoramento técnico de determinada teoria, visa o útil, e só se pode julgar a aceitação “como sendo mais ou menos expediente, frutífera, condizente com o fim para o qual se faz tender a linguagem”.<sup>50</sup>

---

45 *La concepción científica del mundo: el Circulo de Viena*. Revista de Estudios sobre la Ciencia e la Tecnología. v. 9, n. 18, Buenos Aires, 2002: <http://plorenzano.files.wordpress.com/2008/12/la-concepcion-cientifica-del-mundo-el-circulo-de-viena-redes-18.pdf>.

46 *La concepción científica del mundo: el Circulo de Viena*. Revista de Estudios sobre la Ciencia e la Tecnología. v. 9, n. 18, Buenos Aires, 2002: <http://plorenzano.files.wordpress.com/2008/12/la-concepcion-cientifica-del-mundo-el-circulo-de-viena-redes-18.pdf>, p. 112.

47 CARNAP, 1988, p. 114.

48 CARNAP, 1988, p. 114.

49 CARNAP, 1988, p. 115.

50 CARNAP, 1988, p. 122.

Ora, se um psiquiatra preceptor diz, a um conjunto de residentes, “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes” (enquanto aponta para um prontuário contendo informações anamnésicas que associam aquele sintoma à hiperatividade e impulsividade, e uma imagem de ressonância nuclear magnética funcional, revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior), pressupõe-se – para a comunicação ser bem sucedida – que os seus ouvintes tenham *familiaridade* com o sistema de referência médico (mais especificamente, o psiquiátrico) e, portanto, com determinadas descrições, relacionadas às suas experiências clínico-teóricas. *Definições*,<sup>51</sup> de acordo com Carnap, são convenções pelas quais as expressões não possuem uma significação autônoma, mas são concebidas como símbolos linguísticos incompletos, que só adquirem significação em um contexto mais amplo, determinado pelo seu *critério de aplicação*<sup>52</sup> (que consiste nas relações de dedutibilidade e nos seus métodos de verificação). Portanto, para que o enunciado acima seja compreendido é necessária toda uma rede de enunciados (dentre os quais, “TDAH é um transtorno mental do córtex pré-frontal”; “TDAH é tratável com estimulantes”; “TDAH cursa com desatenção, hiperatividade e impulsividade” e outros, deriváveis desses, onde a expressão “TDAH” não ocorre [“o metilfenidato bloqueia os transportadores pré-sinápticos de noradrenalina e de dopamina no córtex pré-frontal”<sup>53</sup>], etc.) –, *testáveis* frente ao tribunal da experiência. Complexa, essa intrincada teia compõe o repertório linguístico familiar a um psiquiatra. Suas experiências clínicas suscitam, no caso em questão, uma variação contínua das descrições que exprimem seu pensamento acerca do TDAH. Elas não apenas são indispensáveis à comunicação com seus colegas, e ao desenvolvimento da psiquiatria, mas são de tal forma incorporadas à sua existência que não lhe é facultativo pensar sobre o TDAH a não ser com elas (supondo-se que ele tivesse, antes de se tornar médico, um conhecimento *sensu comum* do TDAH). Talvez pudéssemos dizer, parafraseando Wittgenstein, que à cidadela de sua língua foi anexado um subúrbio, e a ele, um labirinto de pequenas ruelas.<sup>54</sup>

### 3 O caráter operatório da existência

Seguindo de perto o seu amigo e antigo mestre, Quine concorda com Carnap, em um momento mais amadurecido de sua obra, ao afirmar que o nominalismo radical não passa de heroísmo quixotesco, e que o *compromisso ontológico* com algumas entidades abstratas é indispensável à nossa descrição científica do mundo.<sup>55</sup> O que há, diz ele, é o que uma teoria, ou doutrina, diz que há, pois todos nós temos uma teoria de mundo com a qual nos comprometemos, constituída por conjuntos sistemáticos de sentenças.<sup>56</sup> Todas essas teorias são, por sua vez, subconjuntos

51 CARNAP, Rudolf. *The elimination of metaphysics through analysis of language*. [http://www.mnemoforos.ufrgs.br/AcidoCetico/RCarnap\\_Elimination1957.pdf](http://www.mnemoforos.ufrgs.br/AcidoCetico/RCarnap_Elimination1957.pdf), p. 62.

52 *Ibidem*, p. 62-63.

53 STAHL, 2010, p. 596-598.

54 WITTGENSTEIN, 1994, p. 22-23.

55 QUINE, 2011, p. 178-181.

56 QUINE, 2011, p. 30.

da linguagem geral, por isso, controvérsias ontológicas não se dissociam de controvérsias sobre a linguagem. Destarte, a discussão a respeito da existência do TDAH consiste na concorrência entre esquemas conceituais e à questão de qual ontologia adotar, pois algumas delas são falaciosas, ele nos responde que deve depender da experimentação, ou seja, da verificação empírica. Em se tratando de uma teoria científica é necessário restabelecer as relações entre discurso e realidade, para que se possa distinguir, o mais claramente possível, o *objetivo* da “invenção”. Para o autor, essa teoria precisa ser acomodada em um esquema conceitual global, para que seja aceita.

Segundo Quine, o uso correto da linguagem nos é socialmente inculcado pelo treino, de acordo com normas estabelecidas pela comunidade linguística que integramos. As palavras são “ferramentas sociais” e seu uso objetivo é regulado intersubjetivamente, de forma a que se chegue a uma uniformidade socialmente relevante. Por debaixo dessa trama, que nos une na comunicação, “há uma caótica diversidade pessoal de conexões, e, para cada um de nós, as conexões continuam a evoluir. Nenhum de nós aprende a nossa linguagem de forma igual aos outros, assim como, em certo sentido, ninguém termina de aprendê-la enquanto vive”<sup>57</sup> – diferentes pessoas estão historicamente familiarizadas com diferentes objetos (Russell). Portanto, como a vuela do subúrbio wittgensteiniano, a linguagem “transcende os confins”, quando, por meio de um estímulo não verbal, nosso psiquiatra diz “nesse quadro a desatenção é tratada com estimulantes” (enquanto aponta para um prontuário, contendo informações anamnésicas que associam esse sintoma à hiperatividade e impulsividade, mais uma imagem de ressonância nuclear magnética funcional, revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior). É claro que, para que seja eficaz, tal estímulo visual (o conteúdo do prontuário) depende da “rede verbal de uma teoria articulada”,<sup>58</sup> ou seja, de uma “trama de frases associadas de formas variadas umas às outras e a estímulos não verbais”, a saber, o aprendizado da própria teoria psiquiátrica (quem não a conhecesse não poderia pronunciar tal enunciado frente àquele estímulo). Qualquer sentença só adquire significado, referência e valor de verdade em suas relações com as demais, no bojo de uma teoria – de um determinado universo discursivo –, que intermedeia a relação dessa rede de enunciados com o mundo extralinguístico. Assim, palavras como “TDAH” e frases como “metilfenidato bloqueia os transportadores pré-sinápticos de noradrenalina e dopamina no córtex pré-frontal”, são captadas no contexto, pela coerência das relações recíprocas entre os enunciados da teoria em uso, e tal aprendizado continua gradualmente, na simultânea interanimação de associações intralinguísticas. E como saber se alguém realmente aprendeu psiquiatria, se domina plenamente o uso individualizador de “TDAH”? Ora, diria Quine, engajando-o em um discurso sofisticado.<sup>59</sup> Faça o que ele chama de “ostensão diferida”:<sup>60</sup> aponte para um prontuário – contendo informações anamnésicas associando desatenção, hiperatividade e impulsividade

---

57 QUINE, 2010, p. 35.

58 QUINE, 2010, p. 32.

59 QUINE, 2010, p. 129; QUINE, 1985, p. 121.

60 QUINE, 1985, p. 140-141.

e uma imagem de RNMF (revelando uma diminuição de fluxo sanguíneo no córtex cingulado anterior) –, no contexto de uma supervisão clínica, e pergunte a ele: “o que é isso?” Pense na diferença entre estas possíveis respostas: “isso é TDAH”, “isso é um prontuário”, ou “isso é isso”. A palavra “isso” tem *modos de uso* muito diferentes, não tem significado fixo, mas refere-se a diferentes objetos, de acordo com a situação perceptiva.<sup>61</sup> “transitoriedade de referência”,<sup>62</sup> segundo Quine. Ora, saber “o que é isso”, nessas circunstâncias, pressupõe *familiaridade* com o TDAH, *envolvimento ontológico* com uma teoria e o desenvolvimento de uma *competência linguística*. Ocorre aqui um mecanismo de condicionamento, pelo qual o estímulo (ou, visão do prontuário) depende, para a sua eficácia, da teia verbal de uma teoria complexa (medicina [geral] e psiquiatria [específica]). O domínio do idioleto da psiquiatria – e, portanto, de um novo modo de compreensão, que dá acesso a novas espécies de objetos – se conquista em um processo de controle do uso das palavras, por tentativa e erro<sup>63</sup> (operado na comunicação com seus colegas, supervisores, pelos seus atendimentos [bem ou mal sucedidos], em suma, a sua *experiência* profissional), pelo qual se aprende associações apropriadas entre as palavras e das palavras com exemplos de objetos. Esse aprendizado consiste, sucintamente, no estudo, por cada médico, do comportamento de seus pares. Paulatinamente, o aprendiz vai desenvolvendo uma *disposição*<sup>64</sup> – a ἕξις, aristotélica<sup>65</sup> – ao discurso, que é também uma propriedade do comportamento (*habitus*<sup>66</sup>); o que o permite “ver” o TDAH no “isso”.

Digamos que, no processo de aprendizado da psiquiatria, o professor pergunte ao seu aluno “onde está o TDAH?” e lhe peça “aponte-o para mim”. Por mais hábil que ele seja em diagnosticar e tratar transtornos mentais, esse aprendiz ficaria certamente muito constrangido com tal pedido. Talvez ele respondesse, um tanto atabalhoadamente, que o TDAH se encontra naquela imagem de RNMF (indicando-a com o dedo) e, questionado quanto ao porquê dessa resposta, ele dissesse que se refere aos circuitos neuronais que ligam o córtex pré-frontal ao estriado, nucleus accumbens e tálamo; ou em genes (ainda desconhecidos), codificando anormalidades moleculares sutis no neurodesenvolvimento do córtex pré-frontal; quem sabe, na própria pessoa doente como um todo; ou o TDAH como o conjunto de todos aqueles acometidos pela doença. Refutado sistematicamente pelo seu mestre, em cada uma de suas respostas, talvez ele chegasse à conclusão de que esse assunto não poderia nunca ser decidido por *ostensão direta*, ou seja, pela proposta repetida da expressão “TDAH” ao seu assentimento ou dissentimento, na presença de estimulações adequadas – nem por meios não ostensivos. Isso porque o apelo a

61 WITTGENSTEIN, 1994, p. 35-36.

62 QUINE, 2010, p. 138.

63 QUINE, 1985, p. 123.

64 QUINE, 1985, p. 134.

65 Hexis, ou Disposição, segundo a tradução de Mário da Gama Kury – mais especificamente, hexis meta logou praktike (disposição ligada à razão, que atua na prática [em suma, racionalidade que guia a prática]). ARISTÓTELES, 2001, (VI 4), p. 116.

66 Esse conceito, o mais importante de Pierre Bourdieu, cabe aqui perfeitamente. BOURDIEU, 1998, p. 69.



nenhuma dessas categorias de objetos é garantida por si só; qualquer escolha por um ou outro padrão seria arbitrária. Não há nenhuma descrição (seja genética, seja neuronal) melhor, ou mais próxima que as outras das transações causais que estão sendo explicadas pelo aluno – imagine então a dificuldade de um leigo em *traduzir* enunciados científicos que contenham essa expressão. A comunidade médica treina seus aprendizes em um padrão de resposta verbal a indicações exteriormente observáveis, numa atitude relaxadamente prática de diagnosticar e tratar, mas não os ensina a discutir se há ou não algo (e, se sim, o que há) no mundo lá fora. Todavia, ainda que a referência objetiva seja inacessível, as coisas fazem sentido para os psiquiatras na medida em que eles desenvolvem os hábitos apropriados em relação ao uso das palavras. Pode-se dizer que eles creem visceralmente nos objetos por eles descritos (como, por exemplo, o TDAH). Se o estudante não pode apontar o que o termo “TDAH” refere é porque ele é de “referência dividida”, como diz Quine<sup>67</sup> (se ao pedido “aponte-a para mim”, o residente estende o seu dedo em direção a uma criança que corre, ele está indicando a lesão neurológica, o comprometimento dos genes, o complexo sintomático [desatenção, hiperatividade e impulsividade] ou o que? O *termo geral concreto* ou o *termo singular abstrato*? [pois os objetos a que se refere a palavra “TDAH” são diferentes em seus usos] Onde termina um e começa o outro?). A ostensão direta e o condicionamento não podem explicar a um aluno como repartir todo o conjunto de partículas, construções gramaticais e expedientes inter-relacionados *que foram aprendidos em conjunto*, ou, *contextualmente*, na comunicação *inter pares*. É por isso que Quine diz que a referência é *indeterminada*,<sup>68</sup> ou imanente, pois é só no quadro de um certo esquema de referência que se pode decidir a que o termo alude; nesse caso do TDAH, todo o conjunto teórico psiquiátrico (e, em última instância, médico) que os enunciados integram. Destarte, é no diálogo intersubjetivo com seus preceptores que os psiquiatras aprendem a falar de TDAH, a dominar o universo de discurso psiquiátrico, desenvolver uma competência linguística e introjetar os pressupostos ontológicos de sua comunidade. Eles se comprometem com uma teoria de mundo.

Mas, como conferir as imputações de existência de uma teoria – ou seja, aquilo que ela diz que existe? Pois, para mostrar que ela assume um determinado objeto (como o TDAH) não seria necessário mostrar que ela seria falsa caso tal objeto não existisse? Em outros termos, frente à expressão “entre todos os objetos há alguns que são TDAH”, não seria necessário investigar as doenças no mundo real, a fim de verificar se algumas delas são TDAH? Em suma, não deveríamos retomar o *princípio de verificabilidade*, de Carnap, considerando-se aqui o “sistema de referência” médico-psiquiátrico? Somente até certo ponto, pois um dos problemas com Carnap é que, em suas próprias palavras, “por verificação se entende um estabelecimento completo e definitivo da verdade”;<sup>69</sup> e, em prol desse objetivo, só se poderia confirmar cada vez mais uma sentença (indução), de forma que o que se visa, em ciência, é uma elevada probabilidade. Outra dificuldade em sua teorização é que apenas as sentenças de forma isolada podem ser confrontadas com

---

67 QUINE, 1985, p. 136.

68 QUINE, 2010, p. 105-165.

69 CARNAP, 1988, p. 172.

a experiência. Recorreremos então a Karl Popper, que nos auxiliará no primeiro, e em seguida a Quine, novamente, para nos clarificar o segundo.

Valendo-se de Hume<sup>70</sup> para o desenvolvimento de sua crítica, Popper afirma que a inferência a partir de casos repetidamente observados para casos ainda não observados – a formulação tradicional do *problema da indução*, desde Bacon – é um erro, “uma espécie de ilusão de óptica”,<sup>71</sup> que carece de validade em todos os sentidos e é, portanto, injustificável. Segundo o autor, o que nós usamos em ciência é um método de ensaio e eliminação de erro, ainda que ele se assemelhe à indução. Não há nenhuma justificativa racional, por maior que seja o número de repetições, para raciocinarmos, em termos de influência, a partir de situações que conhecemos para aquelas que não experimentamos. Todavia, ele prossegue, “é justificável raciocinarmos a partir de um contra-exemplo para chegar à *falsidade* da lei universal correspondente”.<sup>72</sup> um único exemplo contrário pode refutar uma lei (até mesmo a mais bem sucedida). Em franca oposição a Carnap, Popper reitera firmemente que o “critério de demarcação” entre a ciência e a metafísica não é o conceito positivista de significado como *verificabilidade*, mas a *falsificabilidade* do sistema teórico em questão.<sup>73</sup> Entretanto, diz, “a rejeição da indução não nos impede de preferir.”<sup>74</sup> Não há leis universais para ele, porque as teorias se mantêm eternamente como palpites, hipóteses temporárias e a ciência é sempre provisória. O conhecimento é, portanto, conjectural. Todavia, algumas conjecturas podem ser preferíveis a outras, por serem melhores e, portanto o conhecimento pode se aprimorar, se desenvolver. Para que se escolha a partir de motivos puramente racionais o autor nos sugere preferir “hipóteses audaciosas e rigorosamente testáveis”;<sup>75</sup> ele diz: “experimente e almeje teorias ousadas, com grande teor informativo, e depois as deixe competir, debatendo-as criticamente e testando-as com rigor”.<sup>76</sup> De acordo com este autor, a ciência é “um processo darwinista de seleções e crenças”, de cuja luta resulta, temporariamente, a sobrevivência daquelas hipóteses que resistiram à crítica, as mais bem testadas. Essas crenças “formam a base da ação”,<sup>77</sup> enquanto durarem. Assim, o homem de ação deve escolher racionalmente, a partir de um debate crítico bem conduzido (ou, “uma pressão de seleção artificialmente intensificada”), a melhor teoria até então. Ecoando Russell, Popper critica a concepção de Carnap – segundo a qual o conhecimento deve ser justificado com razões positivas – e afirma que “a verdade está acima da autoridade humana”,<sup>78</sup> é produzida na discussão racional e avança por meio de conjecturas e refutações.<sup>79</sup> Não precisamos nem devemos ter

---

70 HUME, 2004, p. 53-70.

71 POPPER, 2010, p. 103.

72 *Ibidem*, p. 109.

73 POPPER, 2006, p. 341-392.

74 POPPER, 2010, p. 110.

75 POPPER, 2006, p. 384.

76 POPPER, 2010, p. 111.

77 POPPER, 2010, p. 112.

78 POPPER, 2010, p. 55.

79 POPPER, 2010, p. 30.

medo do erro, pois ele é fundamental ao avanço da ciência; devemos sim é descartar a ideia ilusória de que há fontes supremas e incontestáveis do saber. Nesse sentido, ele se define como *realista*,<sup>80</sup> pois “se uma afirmação científica refere-se à realidade, deve ser refutável; se não é refutável, não se refere à realidade”.<sup>81</sup> A ciência que se interessa por fatos não deve depender da precisão do significado dos termos – que devem ser, em algum nível, até imprecisos, vagos<sup>82</sup> (veja como “TDAH” pode se reconstituir enquanto *feixe de descrições*, na medida em que a psiquiatria evolui) – e sim *confrontar-se com o real*. Descrevendo-o, as teorias conjecturais tendem a se aproximar progressivamente da verdade. Mas, o que se confronta com a realidade? As proposições isoladas, como para Carnap – que só fazem sentido se estiverem relacionadas a outras proposições baseadas na observação (de modo que a sua verdade decorra da verdade delas)? Quine ajuda-nos a pensar:

A totalidade daquilo a que chamamos de nossos conhecimentos ou crenças, das mais casuais questões de geografia e história, às mais profundas leis da física atômica ou mesmo da matemática pura e da lógica, é uma construção humana que está em contato com a experiência apenas em suas extremidades. Ou, mudando de figura, a ciência total é como um campo de força cujas condições de contorno são constituídas pela experiência. Um conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamentos no interior do campo. Os valores de verdade devem ser redistribuídos entre alguns de nossos enunciados. A reavaliação de alguns enunciados acarreta a reavaliação de outros, por suas interconexões lógicas – sendo as leis lógicas, por sua vez, simplesmente alguns enunciados adicionais do sistema, certos elementos adicionais do campo. Tendo reavaliado um enunciado, devemos reavaliar alguns outros, que podem ser enunciados logicamente relacionados com o primeiro ou podem ser eles próprios enunciados de conexões lógicas. Mas o campo total está de tal modo determinado por suas condições de contorno, a experiência, que existe larga margem de escolha de quais enunciados reavaliar à luz de qualquer experiência individual contrária. Não existem experiências particulares no interior do campo, exceto indiretamente, através de considerações de equilíbrio que afetam o campo como um todo.<sup>83</sup>

Para Quine, ainda que se tome o enunciado como unidade, seria enganoso falar em conteúdo empírico de um enunciado individual; assim como é um desatino separar, enunciados sintéticos (baseados na experiência) de enunciados analíticos. Segundo ele, “o todo da ciência é a unidade de significância empírica”.<sup>84</sup> É como um todo coeso que os nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o

---

80 POPPER, 2010, p. 217-222.

81 POPPER, 2010, p. 91.

82 Ibidem, p. 96-97.

83 QUINE, 1985, p. 246.

84 *Ibidem*, p. 245.

tribunal da experiência, e não individualmente. Substituindo a concepção kantiana de “conteúdo empírico” pela sua de “significação empírica” o autor afirma que não se pode isolá-lo, enunciado a enunciado, em meio à rede que expressa a nossa visão de mundo. Logo, o conhecimento conjectural – cuja coerência deriva das relações recíprocas entre os enunciados no interior de uma teoria – é vulnerável, por meio da experiência, ao mundo a respeito do qual ele pretende ser um conhecimento verdadeiro. É por isso que não se pode falar, de forma absoluta, que o TDAH existe, pois tudo que se pode afirmar sobre ele está compreendido em uma complexa rede de enunciados. A definição, seja pela hipótese da hipoativação (um baixo nível de descargas tônicas de noradrenalina e de dopamina), seja pela da hiperativação (alto nível de descargas fásicas de neurônios dopaminérgicos e noradrenérgicos) – frente a novas evidências – deve acarretar toda uma mudança das concepções farmacológicas, fisiológicas e clínicas a respeito do TDAH<sup>85</sup> (isto é, a reavaliação de todo um conjunto de enunciados, devido às suas interconexões lógicas). Assim, falar significativamente de TDAH é comprometer-se ontologicamente com certo universo de discurso. Ora, se esse objeto (TDAH) surgiu em um determinado momento temporal, e perdura até então, isso se deve ao seu alto valor *pragmático*.

Em uma acepção semelhante à de Quine, em diversos aspectos, Wittgenstein nos convida a considerar a linguagem como uma práxis, uma atividade particular, ao afirmar que “o significado de uma palavra é o seu uso da linguagem”.<sup>86</sup> Apreender um conceito ou uma significação é dominar o emprego das expressões pertinentes a uma prática, isto é, descrever (não explicar) as atividades linguísticas em que o termo em questão opera:

Mais acertadamente: se ‘X existe’, deve significar o mesmo que ‘X’ tem um significado – então não é uma proposição que trata do X, mas uma proposição acerca do nosso uso da linguagem, a saber: do uso da palavra ‘X’.<sup>87</sup>

Falar da existência do TDAH é entender em que circunstâncias e para que fins se utiliza a expressão “TDAH”; é conceber a sua significação no contexto de um conjunto estruturado de ações. Essa palavra tem um caráter funcional, *operatório*, e só pode ser aprendida na “totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada”<sup>88</sup> – em um *jogo de linguagem*: portanto, “falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma *forma de vida*”.<sup>89</sup> Se as palavras funcionam como ferramentas é preciso que se explique que tipo de uso se faz ao se empregar uma expressão em certa situação de discurso, esclarecer como as regras guiam o comportamento e determinam o significado das palavras em cada jogo de linguagem. A atividade de seguir uma regra é uma prática social, que requer treino, “costume”, “hábitos”, “instituições”, um exercício diário<sup>90</sup> e até mesmo uma

85 STAHL, 2010, p. 586-593.

86 WITTGENSTEIN, 1994, p. 38.

87 WITTGENSTEIN, 1994, p. 47.

88 WITTGENSTEIN, 1994, p. 19.

89 WITTGENSTEIN, 1994, p. 27.

90 WITTGENSTEIN, 1994, p. 112-113.

forma específica de *interesse* – pois implica uma auréola de ações e pensamentos tácitos<sup>91</sup>, coletivamente apropriados e incorporados. Os conceitos – instrumentos da linguagem – “nos conduzem às investigações. Eles são a expressão de nosso interesse, e conduzem o nosso interesse”.<sup>92</sup>

O psiquiatra pergunta ao seu paciente: “Qual é o problema?”. Que interesse tem essa pergunta? Pode ser que ele o responda que seu problema é estar desempregado, sua mulher o abandonou, brigou com a sua mãe; ou da seguinte maneira: “tenho um sopro na cabeça, que depois desce pelo pescoço e então dá uma queimação estranha na barriga, aí eu desmaio e acordo meio esquisito, com um barulho no ouvido: tic-tac-tic...”. Mas, a serviço de que ele coloca essa descrição do “problema”? Não é provável que o médico quisesse ouvir, por “problema”, os *sintomas* de seu paciente? Ele não teria dificuldade em pensar por meio da notação de “problema” de seu interlocutor – haja vista que o entendimento e a solução do problema, a armação do raciocínio, o processo de cálculo e a ponderação sobre qual direção tomar dependem de uma dinâmica própria, de certas técnicas reflexionantes, constituídas por práticas que constroem as suas regras (em suma, do aparato nosológico psiquiátrico)? Pode ser então que o médico tenha que reformular a sua pergunta, de forma a reajustar a comunicação. Isso porque, ao se comparar jogos de linguagem diferentes, ainda que aparentados, nota-se que certas expressões são mais conformes a certa *forma de vida* do que outras. Afinal, como poderia o paciente saber a que o médico se refere com “problema” (sobretudo se nunca foi antes a um psiquiatra)? Embora *familiar* a ambos a palavra “problema” tem empregos diferentes. Digamos que, conforme diz Russel, ela abrevia descrições diferentes para cada interlocutor; cada qual a constitui por diferentes *experiências*. Todavia, para Wittgenstein, elas se unem, mas não por um traço definidor comum e sim por uma “complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam”. *Semelhanças familiares*, “em grande e em pequena escala”.<sup>93</sup> Ao levantar a hipótese de que o problema seja TDAH, o médico irá confrontá-la com o real – talvez, por meio de um ensaio clínico com metilfenidato – e se a sua teoria se mostrar confiável ele estará justificado em dar sequência ao tratamento. Por detrás do *jogo de linguagem* realizado no exame clínico há o comprometimento do médico com certo universo de discurso. Logo, tudo o que ele pode afirmar sobre TDAH, nessas circunstâncias, está contido em uma complexa rede de enunciados – que tem por função diagnosticar e tratar. A despeito da estranheza inicial sentida pelo paciente, pelo menos até que fique claro *o que quer* o psiquiatra com a pergunta “qual é o problema?”, ele não duvidará dos pressupostos do segundo – pois, não aceitá-los significa a exclusão do jogo. Após o mal-entendido passageiro, tal evento fonético ganha um sentido diverso ao entrar num fluxo de linguagem – que sempre extravasa os limites, na medida em que as fronteiras dos discursos se entrecrocaram – em um contínuo reajustar-se, pelo qual os interlocutores tecem um entendimento mútuo. Esse jogo tem um valor pragmático.

---

91 WITTGENSTEIN, 1994, p. 290.

92 WITTGENSTEIN, 1994, p. 203.

93 WITTGENSTEIN, 1994, p. 52.

Para Wittgenstein, qualquer coisa só tem um sentido caso este lhe seja dado por meio da sua utilização em um jogo de linguagem apropriado. A ciência, especificamente a psiquiatria, também é uma atividade orientada por regras linguísticas próprias, que guiam o comportamento e determinam o significado das palavras dos seus usuários, em suas atividades normais. Assim, as expressões dos médicos são instrumentos, utilizados para certos fins e em situações de discurso específicas; significam o domínio de uma técnica<sup>94</sup> e decorrem da aprendizagem de habilidades particulares. O sentido de certa proposição é determinado por seu lugar na “gramática”<sup>95</sup> psiquiátrica, na medida em que esta determina as suas relações lógicas com outras proposições. Aqui, a função das palavras varia de acordo com a necessidade de diagnosticar e tratar, e o conceito de “TDAH” é proposto e recomendado nos jogos psiquiátricos porque o objeto em questão ocupa um endereço específico com referência às coordenadas daquela gramática. Dizer que TDAH existe é *escolher*<sup>96</sup> (Carnap) as descrições que nos familiarizam com todo o conjunto complexo de coisas ditas pelos médicos. Fora de seu contexto habitual o termo “TDAH” perde a sua *utilidade* e, portanto, a sua existência psiquiátrica (digamos assim) – o que não quer dizer que ele não possa ser utilizado em outros jogos, com outros fins. Quanto à questão “TDAH existe?”; talvez ela deva ser submetida à *terapia filosófica*.<sup>97</sup> Pois não seria errado perguntar o que permanece o mesmo em qualquer circunstância; como se nós estivéssemos à busca de um substrato duradouro das descrições variáveis?

## Referências bibliográficas

ANSELMO, Santo; ABELARDO, Pedro. Monólogo; *Proslógio; A verdade; O gramático/ Santo Anselmo de Cantuária. A história das minhas calamidades/ Pedro Abelardo*. (Os Pensadores), 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 2001.

ATLAN, Henri. *Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1992.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

CARNAP, Rudolf. The elimination of metaphysics through analysis of language. Disponível em: <[http://www.mnemoforos.ufrgs.br/AcidoCetico/RCarnap\\_Elimination1957.pdf](http://www.mnemoforos.ufrgs.br/AcidoCetico/RCarnap_Elimination1957.pdf)> Acesso em 13 dez 2014.

---

94 WITTGENSTEIN, 1994, p. 86 e 113.

95 WITTGENSTEIN, 1994, p. 139-140.

96 CARNAP, 1988, p. 115.

97 WITTGENSTEIN, 1994, p. 77.

FREGGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manifesto de uma moderada apaixonada: ensaios contra a moda irracionalista*. Tradução de Rachel Herdy. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Edições Loyola, 2011.

HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. La concepción científica del mundo: el Círculo de Viena. Disponível em: <<http://plorenzano.files.wordpress.com/2008/12/la-concepcion-cientifica-del-mundo-el-circulo-de-viena-redes-18.pdf>> Acesso em 25 jan 2014.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de Déborah Danowsk. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. 3. Ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KRIPKE, SAUL A. *O nomear e a necessidade*. Tradução de Ricardo Santos e Teresa Felipe. Lisboa: Gradiva, 2012.

PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)*. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.

POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Benedita Bettencourt. Coimbra, Portugal: Ed. Almedina, 2006.

\_\_\_\_\_. *Textos escolhidos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2010.

QUINE, Willard Van Orman. *De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Palavra e objeto*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RUSSELL, Bertrand. *Ensaios escolhidos (Os pensadores)*. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1980.

RYLE, Gilbert (et. al.) *Ensaios (Os Pensadores)*. 3 ed. Tradução de Balthazar Barbosa Filho, et al. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHLICK, Moritz; CARNAP, Rudolf *Coletânea de textos (Os pensadores)*. Tradução de Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Act III, Scene 1, 1992. Disponível em: <<http://www.w3.org/People/maxf/XSLideMaker/hamlet.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2014.

STAHL, Stephen M. *Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e aplicações práticas*. Tradução de Irismar Reis de Oliveira e Eduardo Pondé de Sena. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

WHITEHEAD, Alfred North, RUSSELL, Bertrand. *Principia Mathematica*. Breiningsville, PA – USA: Merchant Books, 1910.

WITTGENSTEIN, LUDWIG. *Gramática filosófica*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. *Investigações filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

### **Endereço/ Address**

Cleverson Leite Bastos  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Centro de Teologia e Ciências Humanas.  
Rua Imaculada Conceição, 1155  
Prado Velho  
80215-901 – Curitiba, PR – Brasil

Maurino Loureiro do Nascimento  
Rua Bruno Filgueira 1901, apartamento 703  
Bigorrrilho  
80730-380 – Curitiba, PR – Brasil

Data de envio: 11-02-15

Data de aprovação: 08-03-15